

DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA E O PENSAMENTO DECOLONIAL: a importância da comunicação pública horizontal^{*1}

Maiara Sobral Silva
Leandro Luiz de Araújo
Adriana C. Omena Santos

Introdução

O trabalho tem como proposta discutir o pensamento decolonial na divulgação científica, em especial na divulgação científica produzida na Amazônia Brasileira. Para tanto, promove a reflexão sobre a relação entre a pluralidade de vozes e olhares, assim como o desenvolvimento de uma divulgação científica mais inclusiva e diversa.

Desta forma, é preciso pensar sobre o papel dos sujeitos amazônidas na construção de políticas públicas, ações e projetos, proporcionando um ecossistema horizontal, no qual os atores estejam no mesmo nível. Nesse modelo de divulgação científica horizontalizada, não cabe a verticalização de cima para baixo, onde exista uma hierarquia e uma desigualdade de inteligências.

Além disso, este enfoque permite que se leve em consideração o contexto da Comunicação Pública da Ciência (CPC), as diferentes compreensões e iniciativas desenvolvidas pelas instituições e a necessidade de diferenciar, no processo, a divulgação científica de assessoria de imprensa institucional, de jornalismo científico e da própria comunicação pública.

Sendo assim, o trabalho aponta o pensamento decolonial como um caminho e uma perspectiva para a divulgação científica na Amazônia Brasileira, pois viabiliza uma saída da lógica capitalista que preconiza um caminho e uma perspectiva únicos, baseados na relação de dominação.

Metodologia

Tendo em vista o breve contexto apresentado, a pesquisa ora proposta tem como caracterização um viés bibliográfico, por partir de livros e artigos que discutam a Comunicação Pública (CPC), Divulgação Científica e Pensamento Decolonial. Esse aprofundamento em bibliografia especializada auxilia nas conexões e discussões, uma vez que Pizzani et al. (2012, p. 64) ressaltam que:

A revisão de literatura é apenas um pré-requisito para a realização de toda e qualquer pesquisa, ao passo que a pesquisa bibliográfica é uma etapa fundamental antes da elaboração ou desenvolvimento de

* DOI - 10.29388/978-65-6070-061-1-0-f.117-126

¹ Trabalho apresentado no XVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIIC), em setembro de 2022.

um estudo, artigo, tese ou dissertação. [...] Por isso, é importante que os interessados tracem uma linha condutora que permita identificar as fontes informacionais e, principalmente, manuseá-las com sabedoria para poder chegar à informação desejada.

Mesmo considerando o estado embrionário do trabalho, já é possível vislumbrar que o método utilizado será o materialismo histórico-dialético, tendo em vista a natureza das contradições observadas, historicidade e complexidade da temática. Assim, de posse das informações coletadas serão desenvolvidas análises à luz do método histórico-dialético, que visa:

[...] captar o conjunto de nexos e relações dos diferentes elementos que constituem a totalidade de um objeto ou de fenômeno. Vale dizer, apreender as relações entre as diferentes determinações mais simples as quais se constituem como unidade mínima de análise e que possibilitam explicar a coisa investigada na sua totalidade, num movimento lógico dialético que vai do todo às partes e das partes ao todo constantemente (Martins e Lavoura, 2018, p. 227).

Por meio da utilização de tal método do conhecimento da realidade será possível analisar o objeto da pesquisa em suas diferentes dimensões, sendo assim, o estudo em questão visa discutir a relação entre a divulgação científica e o pensamento decolonial no sentido de não hierarquizar saberes ou inteligências, mas sim investir e acreditar na pluralidade de vozes e olhares.

Amazônia brasileira e especificidades

O primeiro passo antes de partir para a discussão sobre comunicação pública e divulgação científica é contextualizar geograficamente a Amazônia Brasileira dentro da Amazônia, essa última abrangendo o território de oito países, quais sejam: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela e um departamento francês, a Guiana Francesa. A parte brasileira é constituída pelos seguintes estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, ou seja, a região norte do Brasil. Há ainda a existência do conceito de Amazônia Legal, que inclui os estados do Maranhão e do Mato Grosso.

É uma região rica em diversidade no que diz respeito a recursos hídricos, biológicos, naturais e culturais, motivo pelo qual tem importância mundial a sua preservação. Mesmo com toda essa riqueza, a região enfrenta desafios como: desmatamento, altos índices de desigualdade social e analfabetismo, baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com grande parte da população vivendo em extrema pobreza, sem saneamento básico e com carência de água potável e serviços sanitários.

Sobre essas especificidades da Amazônia Brasileira Aragón (2018, p. 21) alerta que:

[...] a dimensão internacional da Amazônia em nível regional revela toda a complexidade da região em termos físicos e humanos. Desde qualquer critério, a população que habita a região é nada desprezível, contestando aqueles que ainda acreditam no mito do vazio amazônico.

Nesse sentido, os desafios da divulgação científica na região Amazônica podem ser catalisados por causa das “especificidades oriundas de sua geografia, de seu povo, de sua cultura e de seus processos históricos que são regionais e, concomitantemente, globais” (Silva e Mascarenhas, 2018, p. 203). Com o cenário vivido em 2020, os fatores de exclusão foram propulsionados, sendo preciso, nesse sentido, identificar as ações dessa divulgação científica.

Levando em consideração as peculiaridades e as particularidades amazônicas, Vasconcelos e Freitas (2012, p. 4-5) reforçam que:

A história da região Amazônica está envolvida pelos sonhos e planos de desenvolvimento econômico projetados para a região. Esses foram pensados fora de seu contexto social, histórico e ambiental. Por isso, até hoje, as dimensões sociais, culturais e históricas da região ainda não são compreendidas em todos os seus aspectos pela sociedade geral. Assim, mesmo os atores sociais inseridos nesse tempo-espaço, os amazônidas, muitas vezes não conseguem entender a sua história e, portanto, não se reconhecem como sujeitos históricos.

Por esse contexto de não reconhecimento, é necessário inserir os sujeitos amazônidas nos seus processos sociais, históricos e ambientais, entre eles está a divulgação científica. Vale destacar a importância da participação dos envolvidos nessa comunicação, não sendo possível realizar uma divulgação científica verticalizada, de cima para baixo: é preciso a inserção dos sujeitos e a horizontalização do processo.

Ainda sobre a importância da instrumentalização dessa população amazônica, Vasconcelos e Freitas (2012, p. 10) destacam:

[...] os sujeitos amazônidas instrumentalizados por um ensino que lhes proporcione além do esclarecimento de conceitos, uma formação humanizada e emancipadora diante da trajetória histórica de exploração de sua região, poderão melhor compreender suas necessidades e as reivindicar durante o processo de desenvolvimento.

Para além da divulgação científica, é preciso pensar em um processo emancipatório de ensino para os sujeitos amazônidas, no qual eles participem e pensem sobre as ações. Mais uma vez aqui se reforça a importância da horizontalização e a participação dos atores envolvidos.

Comunicação pública e outros conceitos

O contexto da Comunicação Pública da Ciência (CPC) seja no Brasil ou no exterior passa ainda por diversos desafios, que remetem à própria conceituação de termos com os quais possui interface como, por exemplo: a divulgação científica, o jornalismo científico ou mesmo a comunicação institucional de instituições que lidem diretamente com ciência.

Conforme Caribé (2015, p. 93), “a principal característica da divulgação é o processo de recodificação, de transposição de linguagem especializada para linguagem cotidiana, fazendo uso de metáforas, com o objetivo de tornar o conteúdo acessível ao grupo amplo de receptores”.

Ao discorrer acerca do assunto, Brandão (2007, p. 04) afirma que:

A comunicação e a divulgação científica utilizam um leque variado de instrumentos que vão de metodologias tradicionais de informação tecnológica para comunidades, técnicos e autoridades até às novas tecnologias que são hoje as grandes responsáveis pela rápida expansão da rede de cientistas e divulgadores. Com esta aceção, a comunicação pública está inserida no âmbito das discussões que dizem respeito à gestão das questões públicas e pretende influir na mudança de hábitos de segmentos de população, bem como na tomada de decisão política a respeito de assuntos da ciência que influenciam diretamente a vida do cidadão.

Quando exercida, a comunicação pública faz com que, de um lado, haja a divulgação de informações de interesse público e de outro, com que o receptor exerça seu direito de receber essas informações, tendo oportunidade de participar do debate na esfera pública. A CP pode ser desenvolvida por diferentes organizações, por ser entendida dentro das atividades descritas anteriormente, existindo, por exemplo, a comunicação governamental, que é desenvolvida por órgãos do Governo, incluindo entidades da administração direta, indireta e autarquias nas esferas federal, estadual e municipal.

Frente a este paradoxo de divulgar o que se acredita que nem sempre deva ser divulgado, seja pela complexidade política e científica ou pela pseudo falta de interesse social, é que recorremos ao conceito de Comunicação Pública (CP), mesmo sem consenso de definição e ainda pouco discutido entres os pesquisadores e profissionais da área da comunicação. Os argumentos geram algumas vertentes de entendimento do termo, que podem ser aplicados em diversos sentidos.

Entre essas vertentes é possível citar a elucidada por Medeiros e Chirnev (2021, p. 10), que apresentam a CP como aquela:

[...] que assume a perspectiva cidadã na comunicação envolvendo temas de interesse coletivo. Diz respeito ao diálogo, à informação e ao relacionamento cotidiano das instituições públicas com o cidadão. Destina-se a garantir o exercício da cidadania, o acesso aos serviços e às informações de interesse público, a transparência e a

prestação de contas. Ocorre no ambiente de informação e interação envolvendo Estado, Governo e Sociedade Civil. Zela pelos princípios constitucionais e democráticos. A existência de recursos públicos ou de interesse público caracteriza a necessidade de atendimento às exigências da comunicação pública.

Medeiros e Chirnev (2021) apontam ainda 12 princípios da CP, são eles: garantir acesso amplo à informação; fomentar o diálogo; estimular a participação; promover os direitos e a democracia; combater a desinformação; ouvir a sociedade; focar no cidadão; ser inclusive e plural; tratar a comunicação como política de Estado; garantir a impessoalidade; e pautar-se pela ética e atuar com eficácia. Ao partir desses elementos, os autores destacam que a comunicação pública não é apenas aquela feita por instituições públicas.

Por isso, apesar da terminologia induzir a pensar que se trata apenas da comunicação feita por órgãos do governo, autores defendem que se trata de um conceito que, apesar de ainda estar em consolidação, de acordo com Brandão (2007), pode ser aplicado a vários conhecimentos e atividades, como: comunicação organizacional; científica; governamental; política; e como estratégias de comunicação da sociedade civil organizada, tornadas públicas e atendendo ao interesse público. Reside neste ponto a contribuição em termos de conhecimentos teóricos de uma discussão da comunicação pública da ciência/inação nas instituições de ensino superior e de pesquisa.

Exatamente nesse sentido, faz-se necessário diferenciar também a divulgação científica de assessoria de imprensa institucional e de jornalismo científico. A primeira é centrada na publicação das ações/atividades institucionais: a instituição é a protagonista. No caso do jornalismo científico, o foco está nos resultados das pesquisas: os processos não ganham o mesmo destaque.

Segundo Bueno (1985, p. 1422), “o conceito de jornalismo científico deve, obrigatoriamente, incluir o de jornalismo, apropriando-se das características enunciadas por Otto Groth: atualidade, universalidade, periodicidade, difusão”. Sendo assim, o tempo de produção é fator determinante quando se diz respeito ao jornalismo científico, que carrega muitas especificidades e delimitações do próprio jornalismo.

Quanto à divulgação científica, é importante destacar que com o advento da internet e a popularização da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT & I), esse processo tem ganhado novos atores, como os próprios pesquisadores, além de novos espaços e contribuições, dentre as quais destaca-se a contribuição social, como ressaltam Lordêlo e Porto (2012, p. 27):

O conhecimento sobre CT&I assume um papel fundamental para o indivíduo ter a compreensão do mundo em que vive em sua extensão e complexidade. Só através do conhecimento ele terá condições de compreender e tomar decisões que de alguma forma irão afetar as suas vidas. Entretanto, essas informações precisam alcançar a sociedade de alguma forma e é neste cenário que a divulgação científica deve atuar com intensidade.

Desta forma, a divulgação científica pode ser compreendida como uma forma de popularizar a ciência, entendendo que as ações sociais, políticas e institucionais para essa divulgação não podem ser isoladas: é preciso integrar processos, ações e atores, no sentido de viabilizar o acesso da sociedade ao processo científico e não apenas aos resultados. Somente a partir de tal processo é possível a efetivação de uma comunicação pública da ciência que vise, além da divulgação científica, o envolvimento da sociedade com a ciência, a tecnologia e a inovação.

Para além desses conceitos e terminologias, cabe destacar que a divulgação científica envolve uma prática educativa, e, nesse sentido, “toda prática educativa contém inevitavelmente uma prática política” (Saviani, 1999, p. 98). Sendo assim, é importante levar em consideração o contexto atual de (não) investimentos na ciência e na educação em meio ao sucateamento do ensino público brasileiro e das instituições de pesquisa e fomento à pesquisa.

Vale destacar que a pandemia do novo coronavírus serviu como pano de fundo para o aprofundamento dessa política contemporânea e processual de desconstrução da ciência e da educação, principalmente em instituições públicas de ensino e ciência.

Pensamento decolonial e comunicação

No Brasil, outro aspecto a ser considerado sobre a divulgação científica é a colonização: processo por meio do qual foi criada uma hierarquia de saberes, como se o saber científico fosse superior ao saber tradicional. Para Rancière (2020, p. 115-116, grifo do autor) essa divisão de inteligências tem um motivo:

Pode-se, portanto, atribuir a causa da distração pela qual a inteligência consente com o destino da matéria a uma só paixão: o desprezo, a paixão pela desigualdade. Não é o amor pela riqueza nem por qualquer bem que perverte a vontade, é a necessidade e pensar sob o signo da desigualdade. A esse respeito, Hobbes fez um poema mais *atento* do que Rousseau: o mal social não vem do primeiro que pensou em dizer “Isso me pertence”; ele vem do primeiro que pensou em dizer: “Não és igual a mim”.

Nesse contexto, a colonização brasileira trouxe à tona a paixão pela desigualdade, uma vez que os saberes tradicionais de indígenas e africanos foram considerados inferiores aos saberes científicos apresentados pelos europeus (no caso, os portugueses). Esse eurocentrismo científico é mais um dos desafios que o cientista brasileiro encontra na sua busca por fazer ciência.

É importante que a ciência se aproxime do pensamento decolonial, ou seja, como destacam Suess e Silva (2019, p. 3), “um pensamento que se desprende de uma lógica de um único mundo possível (lógica da modernidade capitalista) e se abre para uma pluralidade de vozes e caminhos. Trata-se de uma busca pelo direito à diferença e a uma abertura para um pensamento-outro”.

A decolonidade na ciência concede benefícios à própria ciência, assim como aos atores e à diversidade. É preciso compreender que o conhecimento científico

perpassa os vários ambientes educacionais e que a interação entre os saberes apresenta um novo olhar para esse mundo acadêmico. A inclusão da diferença nesse mundo é uma das formas de abrir a possibilidade desses olhares, sendo, por isso, importante pensar em como acolher essa pluralidade.

Sobre a decolonidade, Silva e Neri (2020, p. 605) discorrem ainda:

O outro sentido de decolonialidade é associado ao próprio processo de colonização. Ou seja, desde a primeira modernidade, com a invasão europeia, os povos originários já forjavam pedagogias poderosas. Conhecimentos milenares que foram saqueados pelo brancocentrismo ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, quanto mais a Europa dissertava sobre os princípios iluministas da humanização, mais ela animalizava coletivos não ocidentais nas esquinas da colonização, como apontam Dussel (1997), Quijano (2009) e outros intelectuais latino-americanos.

Nesse contexto, é importante destacar o desafio da inclusão do pensamento brasileiro na ciência também por conta dos fatores culturais e colonizadores. Neste sentido, o pensamento decolonial traz um novo olhar para esse processo, visto que ele busca uma diversidade de atores.

Sobre essa pluralidade de vozes, Oliveira (2017) destaca que é importante saber o que acontece com os jovens indígenas, quilombolas, ribeirinhos, dentre outros, porque eles podem falar muito sobre o futuro. Além disso, por meio do diálogo com essa juventude, será possível ecoar as vozes juvenis em prol da busca por uma nova democracia.

Nesse novo tempo, a comunicação não é mais hierarquizada, mas sim uma comunicação em rede, com agentes diversificados, que falam com públicos específicos. O desafio proposto pelo autor diz respeito a pensar em como esse novo universo tecnológico comunicativo influencia na criação de novas narrativas.

O desafio é lançado para todos os sujeitos amazônidas, em especial aos docentes. Nesse ponto, enfatiza Oliveira (2017, p. 44):

Alô professor! Neste tópico, nosso maior desafio é pensar como esse novo universo tecnológico comunicativo pode influir na criação de novas narrativas, visibilizando situações, cenas, processos que apresentem novas histórias, novos contextos e novos sujeitos com capacidade para contribuir para a compreensão da diversidade e da complexidade da Amazônia e do Brasil.

É perceptível que a nova realidade mundial apresenta a participação cidadã como modelo de governança — esta possível por meio de redes de organizações locais, nacionais e globais, que atuam pela defesa da democracia e da diversidade e no enfrentamento às estruturas corruptas, viciadas e excludentes.

Ao falar sobre o advento da rede mundial de computadores — Internet — Silva e Neri (2020, p. 613) reforçam:

A expansão dos meios de comunicação tecnológicos colocou os povos da floresta amazônica e os seus saberes nas manchetes de jornais, nas páginas virtuais de notícias, nas redes sociais e nos principais veículos televisivos do mundo, como aponta Porto-Gonçalves (2015). Não há mais como sustentar a frágil ideia de que a Amazônia é um vazio demográfico.

Nesse sentido, essa aldeia global envolve a todos e concede voz aos sujeitos amazônidas, não sendo possível negar o uso dessas tecnologias, como afirmam Silva e Neri (2020, p. 614, grifo das autoras):

Os saberes tradicionais das comunidades indígenas e de outros coletivos que foram se constituindo no processo de pluralidade histórica, como os ribeirinhos e os quilombolas, não negam a tecnologia ou o conhecimento ocidental; lutam para que as suas epistemologias ocupem um justo lugar no processo de uma transdisciplinaridade em curso ou, como denomina Grosfoguel (2012), um pensamento de fronteira. Um desafio que exige um intercâmbio de experiências com outros países latino-americanos que também têm a Amazônia no “fundo de seus territórios”.

Assim sendo, o processo de divulgação desses saberes precisa respeitar essa pluralidade, que não pode ser hierarquizada. É necessário esse olhar transdisciplinar, que perpassa os limites, ou seja, esse pensamento de fronteira: nesse contexto, a comunicação pode fortalecer ou enfraquecer o processo.

Segundo Oliveira (2017, p. 47) “a comunicação é uma arma muito importante, já que serve à dominação, mas também à resistência”. Para essa resistência, as redes de comunicação são fundamentais pois aproximam atores sociais antes isolados, ou seja, criam oportunidades para cooperação e sem a necessidade de um encontro físico.

A comunicação a serviço da dominação ou da resistência, no que diz respeito à divulgação científica também, são ambas possíveis, fazendo-se notar a importância do pensamento decolonial nessa comunicação, nesse processo de divulgação científica. É preciso observar também que em tempos de muitas vozes, há uma necessidade de escuta atenta às vozes daqueles que de fato são sujeitos participantes no processo — no estudo em questão, os sujeitos amazônidas.

Primeiras discussões em busca de considerações finais

Em tempos de negacionismo científico e de propagação de desinformações, discutir o processo de comunicação da ciência e da divulgação científica é necessário para a consolidação e fortalecimento de tais ações, ainda mais no contexto amazônico, com suas especificidades e particularidades. Para tanto é discutida a relação de importância entre a divulgação científica na Amazônia Brasileira e o pensamento decolonial.

Nesse artigo o pensamento decolonial é destacado como um pensamento desvinculado da lógica da modernidade capitalista, na qual existe um único mundo

possível. Em contraponto, o pensamento decolonial acredita numa pluralidade de vozes e caminhos, ou seja, em vários mundos possíveis. E nesse sentido, a decolonidade na ciência e na comunicação, ou seja, na divulgação científica, concede novos trajetos, que partem de um processo hierarquizado/vertical para um processo participativo/horizontal.

A pesquisa em questão é embrionária e está no campo bibliográfico, mas entende o peso da responsabilidade da comunicação das instituições públicas que trabalham com pesquisa na divulgação de seus resultados, com o exercício de fazê-los chegar ao público por meio da mídia ou outras ferramentas que garantam maior forma de divulgação da ciência, viabilizando assim a comunicação pública da ciência. A junção dessa especificidade da divulgação científica por diferentes meios e atividades e as peculiaridades da Amazônia Brasileira é abordada na pesquisa em desenvolvimento e apresentada no presente artigo.

Vale destacar que termos como Comunicação Pública (CP) e Comunicação Pública da Ciência (CPC) sequer possuem consenso na área, e, além disso, a divulgação científica tem ganhado novos processos, novas ações e novos atores em razão do cenário imposto pela pandemia da Covid-19 — cenário que tem exigido posicionamento das instituições de ensino públicas. Como recorte desse cenário no Brasil é possível citar as estratégias governamentais e políticas de disseminação intencional de desinformações.

Por isso, em complemento a essa parte inicial aqui apresentada, é preciso uma análise da divulgação científica realizada nas instituições de ensino públicas presentes na Amazônia Brasileira, assim como dos atores envolvidos nesse processo e suas relações de trabalho. Caso seja possível, sugere-se a análise do papel das instituições de ensino públicas no combate ao negacionismo científico e à propagação de desinformações no contexto pandêmico.

Referências

ARAGÓN, L. E. A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 42, p. 15–33, 2018.

BRANDÃO, E. P. Conceito de Comunicação Pública. In: DUARTE, J. (org.). **Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, p. 1–20, 2007.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo científico: conceitos e funções. **Ciência e Cultura**, n. 37, v. 9, p. 1420-1428, 1985.

LORDELO, F. S.; PORTO, C. M. Divulgação científica e cultura científica: Conceito e aplicabilidade. **Rev. Ciênc. Ext.** [s.l.], v. 8, n. 1, p. 20, 2012.

MARTINS, L. M.; LAVOURA, T. N. Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 71, p. 223–239, 2018.

MEDEIROS, A.; CHIRNEV, L. **Guia de comunicação pública**. 1ª ed. Brasília: Associação Brasileira de Comunicação Pública, 2021.

OLIVEIRA, B. P. Comunicação: controle e rebeldia. In: BELTRÃO, J. F.; LACERDA, P. M. (org.). **Amazônias em tempos contemporâneos**: entre diversidades e adversidades. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mórula editorial/Aba publicações, 2017. P. 42–53.

PIZZANI, Luciana; SILVA, Rosemary Cristina da; BELLO, Suzelei Faria.; HAYASHI, Maria Cristina P. I. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **RDBCI**, Campinas, SP, v. 10, n. 1, p. 53-66, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896> Acesso em: 27 out. 2021.

RANCIÈRE, J. **O mestre ignorante**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 32ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SILVA, A. R. P; MASCARENHAS, S. A. N. Implicações do Pensamento Decolonial para a Educação Amazônica. **Revista Multidebates**, Palmas, Tocantins, n. 2, v. 2, p. 202–218, 2018.

SILVA, L. I. C; NERI, I. T. T. Teorias em disputa: o duelo entre liberalismo e pedagogia decolonial na Amazônia. **Revista Educação e Políticas em Debate**, Uberlândia, Minas Gerais, v. 9, n. 3, p. 587–618, out. 2020.

SUESS, R. C; SILVA, A. S. A perspectiva decolonial e a (re)leitura dos conceitos geográficos no ensino de Geografia. **Revista Geografia, Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, Rio Grande do Sul, v. 23, n. 7, p. 1–36, 2019. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/35469/pdf>. Acesso em 23 out. 2021.

VASCONCELOS, E. R.; FREITAS, N. M. Amazônia, entre um olhar científico e um olhar amazônida: Pistas para um processo educativo que inicia com as preocupações locais. **REMEA — Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S. l.], v. 29, p. 1–16, 2012. Disponível em <https://seer.furg.br/index.php/remea/article/view/2949>. Acesso em 1 nov. 2021.